



FUNDAÇÃO  
JOÃO PINHEIRO

Fundação João Pinheiro  
Concurso Público 01/2026

# CADERNO DE PROVA

## GESTOR EM ATIVIDADES DE PESQUISA E ENSINO - DIREITO

### INSTRUÇÕES



Confira se esse Caderno de Prova contém a quantidade de questões indicadas e 1 (uma) Proposta de Redação. A substituição deste Caderno de Prova ocorre apenas antes de iniciar a prova.

#### PROVA TEÓRICO-OBJETIVA

- 50 questões
- 4 alternativas

#### PROVA DE REDAÇÃO

- 01 proposta de redação

#### TEMPO DE PROVA

- 4 horas
- Saída permitida somente após 2 horas de prova
- O candidato só poderá levar este Caderno após 3 horas de prova

- O tempo de prova inclui o preenchimento do Cartão-Resposta e da Folha Definitiva da Prova de Redação.
- Nenhuma informação acerca do conteúdo das questões será fornecida pelo Fiscal de Sala, pois é parte integrante da prova.
- Ao concluir estas provas, entregue o Cartão-Resposta ao Fiscal de Sala, **devidamente assinado**, e a Folha Definitiva da Prova de Redação.
- Ao final da prova, os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na Sala de Prova até que o último termine a sua prova, devendo ambos testemunhar a devolução e o lacre dos documentos.
- A divulgação do gabarito preliminar se dará conforme Cronograma de Execução do certame.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À LEGALLE CONCURSOS. PROIBIDO REPRODUÇÃO.

#### RASCUNHO PARA GABARITO

01		06		11		16		21		26		31		36		41		46	
02		07		12		17		22		27		32		37		42		47	
03		08		13		18		23		28		33		38		43		48	
04		09		14		19		24		29		34		39		44		49	
05		10		15		20		25		30		35		40		45		50	

## POLÍTICAS PÚBLICAS

**Questão 01.** No estudo das políticas públicas, o ciclo de formulação, execução e análise das ações governamentais é composto por diferentes etapas interdependentes. Entre elas, a fase de implementação ocupa papel central na dinâmica administrativa do Estado, sendo amplamente discutida pela literatura em razão de sua complexidade institucional e operacional. Nesse contexto, essa fase caracteriza-se por:

- (A) Constituir-se como um fluxo administrativo e vertical, no qual a execução segue mecanicamente as diretrizes fixadas na formulação.
- (B) Consolidar-se como a etapa final do ciclo, tornando a avaliação de resultados uma ferramenta redundante diante da observação direta da execução.
- (C) Consistir no momento em que planos e objetivos são transformados em realidade, dependendo da ação de burocratas e instrumentos estatais.
- (D) Operar de forma isolada das pressões políticas, dado que o conteúdo substantivo da política é atingido antes do início da execução.

**Questão 02.** A literatura contemporânea sobre análise de políticas públicas propõe uma superação da visão dicotômica tradicional entre o "decidir" e o "fazer". Com base nos pressupostos analíticos que tratam da cadeia decisória e da complexidade institucional, analise as assertivas, julgando-as V, se Verdadeiras, ou F, se Falsas:

- ( ) As deliberações ocorridas durante o processo de implementação possuem natureza técnica, sendo desprovidas de caráter político ou capacidade de alterar o conteúdo substantivo da política formulada.
- ( ) A formulação e a implementação configuram-se como etapas sucessivas, delimitadas por uma barreira hierárquica que assegura a integridade do planejamento frente à execução.
- ( ) O resultado da implementação é influenciado por um arranjo complexo que vai além das normas formais, incluindo a cultura nacional, os valores sociais e as características individuais dos agentes.

Qual alternativa preenche, CORRETAMENTE, de cima para baixo, os parênteses acima?

- (A) F – F – V.
- (B) V – F – F.
- (C) F – V – V.
- (D) F – F – F.

**Questão 03.** A análise de políticas públicas avançou na compreensão de que a fase de execução não é um processo mecânico, mas um estágio crítico em que a política ganha contornos reais. Nesse cenário, o papel da burocracia implementadora e as condições das instituições locais tornam-se variáveis para o alcance dos objetivos sociais. Sobre a dinâmica de implementação e seus impactos, analise as assertivas:

- I. A efetividade da implementação está ligada à variedade de condições e capacidades técnicas existentes nos níveis locais e regionais de governo.
- II. A forma como a política é operacionalizada na ponta pode tanto mitigar quanto reproduzir estereótipos e desigualdades sociais preexistentes.
- III. O desenho institucional de uma política pública é uma ferramenta neutra que visa a organização de recursos, sem integrar expectativas de gerar comportamentos específicos nos agentes.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, II e III.

**Questão 04.** No campo de análise de políticas públicas, o estudo dos obstáculos à concretização das diretrizes governamentais divide-se em diferentes lentes teóricas. Enquanto o Modelo Comunicacional atribui as falhas de implementação a ruídos na transmissão de informações e déficits de competência técnica, o Arcabouço do Regime de Implementação desloca o diagnóstico para:

- (A) A baixa qualificação gerencial da burocracia de médio escalão responsável pela tradução das normas centrais.
- (B) A natureza jurídica dos entraves, que poderiam ser resolvidos através da simplificação normativa e da desburocratização dos processos.
- (C) O desafio de institucionalizar a cooperação e mediar conflitos de interesse entre atores que possuem autonomia política e agendas divergentes.
- (D) A precariedade dos sistemas de monitoramento digital e a ausência de interoperabilidade entre as bases de dados dos entes federados.

**Questão 05.** No contexto da implementação de políticas públicas, a capacidade de adaptação das ações estatais às particularidades sociais, econômicas e territoriais é considerada elemento essencial para a efetividade governamental. Quando há um distanciamento acentuado entre os serviços ofertados pelo Estado e as necessidades da população local, dificultando a construção de respostas ajustadas às dinâmicas do território e comprometendo a articulação entre poder público e sociedade, configura-se um cenário de:

- (A) Vulnerabilidade institucional.
- (B) Incrementalismo administrativo.
- (C) Convergência deliberativa interfederativa.
- (D) Estabilização sistêmica de governança.

### MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

**Questão 06.** Considere que as proposições **Todo gestor é líder** e **Algum gestor é técnico** são premissas verdadeiras de um plano de cargos. No campo da lógica de predicados e diagramas de conjuntos, essa estrutura implica que uma terceira afirmação deve ser necessariamente verdadeira para manter a coerência do conjunto. Analisando as intersecções entre os conjuntos de gestores, líderes e técnicos, qual das alternativas abaixo apresenta uma dedução que NÃO admite contestação lógica dentro desse cenário?

- (A) Todo líder é técnico.
- (B) Todo técnico é líder.
- (C) Algum líder é técnico.
- (D) Algum técnico não é líder.

**Questão 07.** O cronograma financeiro de uma obra segue uma progressão aritmética. Sabe-se que a soma dos gastos do segundo e do quarto mês totaliza R\$ 500.000,00, enquanto o gasto do sexto mês isoladamente foi de R\$ 370.000,00. O diretor financeiro precisa prever o desembolso total para o primeiro semestre (6 meses). Utilizando as propriedades das somas de termos de uma progressão aritmética e as relações de posição, qual é o valor total que a fundação deverá empenhar para cobrir os custos do primeiro ao sexto mês?

- (A) R\$ 1.560.000,00.
- (B) R\$ 1.440.000,00.
- (C) R\$ 1.380.000,00.
- (D) R\$ 1.620.000,00.

**Questão 08.** Uma progressão geométrica infinita modela a depreciação de equipamentos. O valor inicial é R\$ 60.000,00 e, após um ano, o valor cai para R\$ 40.000,00. Se a razão de depreciação (relação entre um ano e o anterior) se mantiver constante, considerando a soma dos valores assumidos pelo bem desde sua aquisição até tender teoricamente a zero, qual será o valor total dessa série geométrica?

- (A) R\$ 120.000,00.
- (B) R\$ 180.000,00.
- (C) R\$ 150.000,00.
- (D) R\$ 200.000,00.

**Questão 09.** Em um sistema de segurança, a condição de acesso é dada pela proposição:

$$(P \wedge Q) \leftrightarrow (P \vee Q)$$

Um engenheiro precisa simplificar essa regra para otimizar o processamento. Ao analisar a tabela-verdade dessa bicondicional, ele percebe que o acesso só é liberado em situações específicas. Para quais valores lógicos de P e Q a regra de acesso resulta em um valor VERDADEIRO, permitindo que o usuário entre no sistema de gestão de informações?

- (A) Somente quando P e Q forem ambos falsos ou ambos verdadeiros.
- (B) Somente quando P e Q tiverem valores lógicos diferentes.
- (C) Quando P for verdadeiro, independentemente do valor de Q.
- (D) Quando Q for falso, independentemente do valor de P.

**Questão 10.** Dadas as premissas:

- I. "Se Paulo é analista, então Ana é coordenadora".
- II. "Ana não é coordenadora ou Beatriz é diretora".
- III. "Beatriz não é diretora".

No contexto de uma reorganização, qual das alternativas a seguir apresenta a conclusão CORRETA que se obtém através da aplicação rigorosa das regras de dedução da lógica proposicional?

- (A) Paulo é analista.
- (B) Ana é coordenadora.
- (C) Ana é coordenadora e Paulo é analista.
- (D) Paulo não é analista.

### UTILIZE ESTE ESPAÇO PARA CÁLCULOS

## UTILIZE ESTE ESPAÇO PARA CÁLCULOS

### GESTÃO DE PROCESSOS E PROJETOS

**Questão 11.** Na gestão de processos, indicadores são formas de representação quantificável de características de produtos e processos, utilizados para acompanhar e melhorar os resultados ao longo do tempo. A partir dessa premissa, analise os conceitos abaixo descritos:

*São os indicadores responsáveis pela medição da proporção de recursos consumidos com relação às saídas dos processos.*

*São os indicadores responsáveis por focalizar as consequências dos produtos/serviços, ou seja, "fazer a coisa certa da maneira certa".*

*São os indicadores responsáveis por focalizar as medidas de satisfação do público-alvo e as características do produto/serviço.*

Qual das alternativas apresenta os tipos de indicadores detalhados nos conceitos acima, respectivamente na ordem em que aparecem, ou seja, de cima para baixo?

- (A) De qualidade; de produtividade; de efetividade.
- (B) De produtividade; de efetividade; de qualidade.
- (C) De efetividade; de qualidade; de produtividade.
- (D) De produtividade; de qualidade; de efetividade.

**Questão 12.** Pode-se afirmar que assim como as organizações necessitam de uma pessoa responsável pelo cumprimento de seus objetivos, o projeto também tem a mesma necessidade. Um gerenciamento de projetos eficaz exige que a equipe de gerenciamento de projetos entenda e use o conhecimento e as habilidades de outras áreas de especialização, como as presentes em quantos dos seguintes itens? **I.** Conhecimento, normas e regulamentos da área de aplicação; **II.** Habilidades interpessoais; **III.** Conhecimento e habilidades de gerenciamento geral; **IV.** Entendimento do ambiente do projeto.

- (A) Nenhum deles.
- (B) Apenas 1 deles.
- (C) Apenas 2 deles.
- (D) Todos os 4.

**Questão 13.** A sequência de fases que vão do começo ao fim de um projeto é entendida como sendo o ciclo de vida desse projeto. Há diferentes tipos de ciclos de vida de projetos, dependendo da área de negócio ou das preferências da organização. Entretanto, o ciclo de vida geralmente apresenta características como as expressas nas afirmações abaixo. Diante disso, assinale a alternativa que apresenta informação considerada como INCORRETA.

- (A) A influência das partes interessadas, salvo os riscos e as incertezas, é maior durante o início do projeto.
- (B) A crescente de custo e pessoal começa a se encerrar a partir da fase de execução dos trabalhos.
- (C) Tempo e custo de pessoal podem ser eixos de um gráfico do ciclo de vida do projeto.
- (D) Os níveis de custo e de pessoal são baixos no início.

**Questão 14.** Analise o texto a seguir:

*A utilização de metodologia permite a padronização da forma de gerenciar os projetos, alinhando os processos de trabalho e criando a documentação adequada. A utilização dessa prática permite obter melhor governança, o que reflete em aumento da eficácia, eficiência, efetividade, produtividade e maior dependência dos indivíduos, aumentando a retenção do conhecimento na organização.*

Acerca do texto, pode-se afirmar que ele está:

- (A) Plenamente adequado, visto que apresenta somente informações verdadeiras.
- (B) Parcialmente adequado, visto que a utilização de metodologia promove a extinção da padronização da forma de gerenciar os projetos.
- (C) Parcialmente adequado, visto que a utilização de metodologia permite menor dependência dos indivíduos.
- (D) Parcialmente adequado, visto que eficácia e eficiência não se relacionam com o uso de metodologias.

**Questão 15.** O ciclo \_\_\_\_\_ ou ciclo de Shewhart é um método gerencial de tomada de decisão que constitui elemento basilar do sistema de gerenciamento pela \_\_\_\_\_. De acordo com essa perspectiva, todas as ações da organização deverão ter como orientação básica o cumprimento do referido ciclo. É um instrumento de gestão aplicável a \_\_\_\_\_ processo(s) organizacional(is).

Preenche, CORRETA e respectivamente, as lacunas:

- (A) PDCA; quantidade; alguns.
- (B) DMAIC; qualidade; alguns.
- (C) PDCA; qualidade; qualquer.
- (D) MASP; quantidade; qualquer.

### CONTRATOS E LICITAÇÕES

**Questão 16.** É fato que o contrato deve ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responde pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. Nesse ínterim, surge a importante figura dos fiscais de contrato. A partir disso, analise as alternativas e assinale a que apresenta informação INCORRETA.

- (A) O fiscal do contrato deve anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- (B) O contratado deve manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato, o qual é considerado como um dos fiscais da Administração relativamente ao contrato.
- (C) A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados.
- (D) O fiscal do contrato deve ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

**Questão 17.** Com base na Lei nº 14.133/2021, afirma-se que poderão ser objeto de execução por terceiros as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade, vedada à Administração ou a seus agentes, na contratação do serviço terceirizado, o previsto em quantos dos seguintes itens? **I.** Definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos; **II.** Fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado; **III.** Demandar a funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; **IV.** Prever em edital exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

- (A) Nenhum deles.
- (B) Apenas 1 deles.
- (C) Apenas 3 deles.
- (D) Todos os 4.

**Questão 18.** A legislação de licitações, especificamente a Lei nº 14.133/2021, afirma que a documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a, por exemplo:

- I.** Prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.
- II.** Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- III.** Registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso.

Está(ão) CORRETA(S):

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II e III.
- (C) I, II e III.
- (D) Apenas I e II.

**Questão 19.** Considere três empresas que participam de procedimentos licitatórios, durante a etapa de julgamento. A primeira apresentou proposta com preço considerado inexequível, e assim foi comprovada por diligência do pregoeiro; a segunda apresentou desconformidade com exigência do edital, julgada sanável; e a terceira teve sua exequibilidade demonstrada, quando foi exigida pela Administração. A partir disso, assinale a alternativa que apresenta uma afirmação CORRETA acerca da classificação ou desclassificação dessas empresas, com base na Lei nº 14.133/2021.

- (A) Todas as empresas foram devidamente desclassificadas, conforme previsto em legislação.
- (B) Somente uma das empresas foi desclassificada, visto que as demais situações não constam como impedimentos para classificação.
- (C) Tanto a primeira empresa quanto a segunda foram desclassificadas, sendo que a desconformidade, mesmo que sanável, não deve prosperar.
- (D) Tratando-se de situações que são finalmente solucionáveis, as três empresas permaneceram nas licitações, sendo julgadas classificadas.

**Questão 20.** Por mais plurais que podem ser os motivos para extinção de contratos, a Lei nº 14.133/2021 apresenta algumas previamente definidas, como atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou a impossibilidade de liberação dessas áreas. Nesse sentido, quantos dos seguintes itens apresentam outras hipóteses de extinção? **I.** Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado; **II.** Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante; **III.** Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto; **IV.** Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

- (A) Nenhum deles.
- (B) Apenas 1 deles.
- (C) Apenas 2 deles.
- (D) Todos os 4.

**Questão 21.** Considerando a nulidade dos contratos, tem-se que a declaração de nulidade do contrato administrativo requererá análise prévia do interesse público envolvido, na forma prevista na Lei nº 14.133/2021, e operará retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato deveria produzir ordinariamente e desconstituindo os já produzidos. Ao declarar a nulidade do contrato, a autoridade, com vistas à continuidade da atividade administrativa, poderá decidir que ela só tenha eficácia em momento futuro, suficiente para efetuar nova contratação, por prazo de até:

- (A) Doze meses, não prorrogável.
- (B) Seis meses, prorrogável uma única vez.
- (C) Doze meses, prorrogável uma única vez.
- (D) Seis meses, não prorrogável.

**Questão 22.** Sabe-se que a pré-qualificação é o procedimento técnico-administrativo para selecionar previamente licitantes que reúnam condições de habilitação para participar de futura licitação ou de licitação vinculada a programas de obras ou de serviços objetivamente definidos, e bens que atendam às exigências técnicas ou de qualidade estabelecidas pela Administração. A partir disso, com base na Lei nº 14.133/2021, analise as alternativas e assinale a que apresenta informação INCORRETA.

- (A) A pré-qualificação poderá ser realizada em grupos ou segmentos, segundo as especialidades dos fornecedores.
- (B) Os bens e os serviços pré-qualificados deverão integrar o catálogo de bens e serviços da Administração.
- (C) A pré-qualificação poderá ser parcial ou total, com alguns ou todos os requisitos técnicos ou de habilitação necessários à contratação, assegurada, em qualquer hipótese, a igualdade de condições entre os concorrentes.
- (D) Quanto ao prazo, a pré-qualificação terá validade de cinco anos, no máximo, e poderá ser atualizada a qualquer tempo.

**Questão 23.** Analise o texto que segue, com base na Lei nº 14.133/2021:

*O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade de licitação e sistema de registro de preços, deverá ser instruído com documentos, como o documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo.*

Acerca do texto, pode-se afirmar que ele está:

- (A) Plenamente adequado, visto que está de acordo com a legislação vigente.
- (B) Parcialmente adequado, visto que o sistema de registro de preços não é, por si só, um processo de contratação direta.
- (C) Parcialmente adequado, visto que o documento de formalização de demanda é usual apenas para procedimentos licitatórios.
- (D) Plenamente inadequado, visto que em nada está de acordo com a legislação vigente.

**Questão 24.** Analise as assertivas que seguem, com base na Lei nº 14.133/2021.

- I. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.
- II. Nos casos de contratos que impliquem a entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará depositário, o valor desses bens deverá ser acrescido ao valor da garantia.
- III. Na contratação de obras e serviços de engenharia, o edital poderá exigir a prestação da garantia na modalidade seguro-garantia, mas não poderá prever a obrigação de a seguradora, em caso de inadimplemento pelo contratado, assumir a execução e concluir o objeto do contrato.

Está(ão) CORRETA(S):

- (A) Apenas III.
- (B) Apenas I e II.
- (C) I, II e III.
- (D) Apenas II.

**Questão 25.** A legislação atual acerca de contratos administrativos traz que os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial. Ainda:

- I. Contratos relativos a direitos reais sobre imóveis serão formalizados por escritura pública lavrada em notas de tabelião, cujo teor deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.
- II. Será admitida a manutenção em sigilo de contratos e de termos aditivos quando imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, nos termos da legislação que regula o acesso à informação.
- III. Será admitida, a partir da vigência da Lei nº 14.133/2021, unicamente a forma eletrônica na celebração de contratos e de termos aditivos.

Está(ão) CORRETA(S):

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II e III.
- (C) I, II e III.
- (D) Apenas I e II.

## ÉTICA, INTEGRIDADE E RESPONSABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO

**Questão 26.** No que diz respeito à fundamentação etimológica do termo *ethos* e à sua aplicação na compreensão da ética como um fenômeno social e humano, analise as partes que seguem:

**(1ª parte):** *A morada humana (ethos) é um abrigo contra as ameaças do mundo natural, construída a partir da reflexão racional sobre os desafios da sobrevivência.*

**(2ª parte):** *A ética pode ser definida como um conjunto de normas e valores consolidados por uma tradição, sendo transmitidos e reforçados socialmente.*

**(3ª parte):** *Os valores, como segurança e beleza, são finalidades que orientam a ação consciente do indivíduo na construção de seu ethos.*

Pode-se afirmar que:

- (A) Apenas a 1ª parte está correta.
- (B) Apenas a 2ª e a 3ª partes estão corretas.
- (C) Apenas a 1ª e a 2ª partes estão corretas.
- (D) Todas as partes estão corretas.

**Questão 27.** A aversão ou o sentimento negativo que parcela considerável da sociedade nutre em relação à política pode ser explicado, sob a ótica da filosofia política, por uma de suas características intrínsecas. Esse fenômeno ocorre primordialmente porque:

- (A) A atividade política abdica da ponderação sobre valores morais e méritos da ação, focando-se apenas na gestão técnica de recursos públicos.
- (B) A política é um processo burocrático e introspectivo, cujas deliberações carecem de visibilidade ou impacto prático na vida coletiva.
- (C) A necessidade de ação conjunta em grandes grupos anula a racionalidade individual, transformando a política em um processo casual.
- (D) A política compreende, além da busca pelo bem comum, a disputa pela conquista e manutenção do poder, o que gera tensões e comportamentos nem sempre apreciáveis sob o prisma ético.

**Questão 28.** No exercício da função pública, a conduta ética é balizada por diferentes categorias de normas que orientam o agir do agente. No que tange à distinção técnica entre regras imperativas e regras constitutivas, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) As regras imperativas detêm a função de instruir o servidor sobre os procedimentos técnicos de otimização da tarefa, suprimindo a ausência de manuais práticos.
- (B) As regras constitutivas operam por meio de ordens e proibições diretas, partindo da premissa de que o destinatário da norma já possui o domínio técnico necessário para a execução do comando.
- (C) As regras imperativas estabelecem o que deve ou não ser feito, ao passo que as regras constitutivas funcionam como guias de orientação, indicando como realizar ou construir algo de forma eticamente adequada e politicamente justa.
- (D) As regras constitutivas, diferentemente das imperativas, visam a eliminação de quaisquer limites ou caminhos pré-estabelecidos, conferindo ao agente autonomia para agir sem o suporte de procedimentos tradicionais.

**Questão 29.** A noção de cidadania no Estado contemporâneo é o resultado de um processo histórico de acumulação de direitos e de expansão da participação popular. Sobre a classificação e a evolução dos direitos civis, políticos e sociais, analise as assertivas a seguir:

- I. Os direitos civis, como a liberdade de expressão e o direito de ir e vir, constituem a base inicial da cidadania moderna, fundamentada na igualdade perante a lei.
- II. A conquista de direitos políticos permite que o cidadão determine, por meio do sufrágio, quem exerce o poder no Estado, além de possibilitar o controle e a fiscalização da atuação dos representantes eleitos.
- III. No Estado Contemporâneo, a participação política tornou-se irrelevante após a consolidação do império da lei, uma vez que as demandas dos cidadãos passaram a ser atendidas de forma automática pelas instituições burocráticas.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

**Questão 30.** O relativismo ético, ao constatar a pluralidade de costumes e valores entre diferentes povos, levanta o questionamento sobre a existência de normas universais. No entanto, a transição da moralidade para a Ética como disciplina filosófica buscou estabelecer critérios que superassem o subjetivismo absoluto. A respeito desse debate, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O relativismo ético é considerado problemático porque, se "tudo vale", perde-se a capacidade de possuir normas coletivas que guiem a conduta social.
- (B) A tentativa de fundamentar a ética na razão simplificou o debate filosófico, eliminando a necessidade de discutir conceitos complexos como responsabilidade e bem.
- (C) A ética normativa é a vertente que busca dar conteúdo às noções de ações corretas, sendo uma das áreas de estudo nas quais a Ética se divide atualmente.
- (D) O surgimento da Ética na Grécia Antiga foi uma resposta direta ao problema da diversidade de éticas sociais e à necessidade de encontrar critérios racionais de conduta.

## DIREITOS HUMANOS

**Questão 31.** Um adolescente de 16 anos foi apreendido por ato infracional. Durante a custódia, as autoridades decidem mantê-lo em uma cela comum com adultos, alegando falta de vagas em centros especializados. De acordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança, a pessoa com menos de 18 anos privada de liberdade deve ser separada dos \_\_\_\_\_, a menos que se considere que o interesse superior da criança aconselhe o contrário, e tem o direito de manter contato com sua \_\_\_\_\_ por meio de correspondência e visitas.

Preenche, CORRETA e respectivamente, as lacunas:

- (A) Estrangeiros / escola.
- (B) Infratores graves / esposa.
- (C) Adultos / família.
- (D) Policiais / defesa técnica.

**Questão 32.** Uma associação de moradores de uma comunidade periférica entra com uma representação exigindo que o Estado garanta o acesso à educação básica e ao atendimento de saúde, alegando que a ausência desses serviços viola compromissos internacionais. De acordo com o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, analise as assertivas abaixo:

- I. Os Estados-Partes reconhecem o direito de toda pessoa à educação.
- II. O direito à saúde implica o gozo do mais alto nível possível de saúde física e mental.
- III. Os direitos econômicos e sociais devem ser implementados de forma imediata e integral, independentemente dos recursos disponíveis do Estado.

Estão CORRETAS:

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, II e III.

**Questão 33.** Um servidor público de uma instituição estadual é investigado por solicitar vantagem indevida para agilizar o resultado de uma estatística oficial que favoreceria uma empresa privada. De acordo com a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Mérida), são medidas previstas para combater a corrupção:

- 1. A promoção da integridade, obrigação de render contas e a gestão adequada dos assuntos e bens públicos.
- 2. A criminalização do suborno de funcionários públicos nacionais.
- 3. A concessão de imunidade para funcionários de alto escalão em casos de desvio de verbas.

Estão CORRETAS:

- (A) 1 e 2, apenas.
- (B) 1 e 3, apenas.
- (C) 2 e 3, apenas.
- (D) 1, 2 e 3.

**Questão 34.** Joana, cidadã estrangeira e trabalhadora migrante em situação regular no Brasil, busca auxílio jurídico, pois a organização onde trabalha paga a ela um salário 20% menor do que aos colegas brasileiros que exercem a mesma função, alegando que ela não possui os mesmos direitos trabalhistas por ser imigrante. De acordo com a Convenção 97 da OIT (Trabalhadores Migrantes), é CORRETO afirmar que:

- (A) O Brasil pode estabelecer remunerações diferenciadas baseadas na nacionalidade para proteger o mercado de trabalho interno.
- (B) O Brasil deve aplicar aos imigrantes que se encontram legalmente um tratamento não menos favorável do que o aplicado aos seus próprios nacionais em matéria de remuneração.
- (C) A igualdade de tratamento em matéria salarial é obrigatória se houver reciprocidade diplomática entre o Brasil e o país de origem de Joana.
- (D) A Convenção 97 trata de condições de higiene e segurança, não interferindo na autonomia privada das tabelas salariais das empresas.

**Questão 35.** Considere o caso de um jornalista que foi detido por publicar críticas à gestão financeira de uma autarquia estadual. O Estado alega que a medida é necessária para manter a ordem pública. De acordo com o Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos, analise as assertivas abaixo e julgue-as em Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

- ( ) Ninguém poderá ser submetido a detenção ou prisão arbitrárias.
- ( ) Toda pessoa tem direito à liberdade de expressão, mas este direito pode sofrer restrições legais para assegurar o respeito aos direitos ou à reputação de outrem.
- ( ) Em caso de prisão, o indivíduo não tem o direito de ser informado, no momento da prisão, sobre as razões que a motivaram.
- ( ) Qualquer pessoa vítima de prisão ou detenção ilegal tem direito a reparação.

Qual alternativa preenche, CORRETAMENTE, de cima para baixo, os parênteses acima?

- (A) V – V – F – V.
- (B) V – F – V – F.
- (C) F – V – F – V.
- (D) V – V – V – F.

#### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**Questão 36.** No contexto da organização administrativa, uma Fundação Pública Estadual, para exercer suas atividades de apoio ao planejamento governamental, deve observar o regime jurídico administrativo. De acordo com a Constituição Federal e a sistemática de organização da Administração Indireta, é CORRETO afirmar que:

- (A) A criação de uma Fundação Pública Estadual ocorre diretamente por meio da publicação de uma lei específica, de forma idêntica às autarquias.
- (B) A lei específica deve autorizar a instituição da Fundação, cabendo à lei complementar definir as áreas de sua atuação.
- (C) As Fundações de direito privado da administração indireta não se submetem ao dever de realizar concurso público para a contratação de pessoal.
- (D) Por serem entidades públicas, as Fundações Estaduais possuem total autonomia, não se sujeitando ao controle de tutela pelo Poder Executivo.

**Questão 37.** Como parte de uma política de transparência, uma Fundação Pública Estadual institui uma Ouvidoria e passa a realizar consultas públicas antes de publicar seus relatórios estatísticos anuais. Essas ações são classificadas como mecanismos de:

- (A) Controle Externo Legislativo.
- (B) Controle Hierárquico Direto.
- (C) Controle Social.
- (D) Controle Correicional.

**Questão 38.** No curso de um processo administrativo interno em uma Fundação, surgem dúvidas sobre as garantias asseguradas aos interessados. Diante disso, analise os itens abaixo, com base na legislação que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal:

- I. O interessado tem direito à gratuidade, sendo vedada a cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei.
- II. A assistência por advogado é facultativa, sendo um direito do administrado fazer-se assistir por procurador.
- III. É assegurado o direito de formular alegações e apresentar documentos somente após a prolação da decisão final.

Está(ão) CORRETO(S):

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) III, apenas.

**Questão 39.** Uma Fundação Pública está organizando um concurso público para novos pesquisadores. Sobre o princípio da motivação, julgue as assertivas abaixo como Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

- ( ) É inconstitucional o veto não motivado à participação de candidato em concurso público.
- ( ) A decisão administrativa que se apoia em parecer anterior, remetendo a seus fundamentos (motivação *per relationem*), é considerada nula por falta de motivação própria.
- ( ) Atos de exoneração de servidores em estágio probatório na Fundação dispensam o devido processo legal e a motivação, por serem ato discricionário.

Qual alternativa preenche, CORRETAMENTE, de cima para baixo, os parênteses acima?

- (A) V – F – F.
- (B) V – V – F.
- (C) F – V – V.
- (D) F – F – V.

**Questão 40.** Considere que uma Fundação Pública Estadual atue como contratante de serviços de telefonia IP e fornecimento de energia elétrica para suas instalações. No que diz respeito ao regime jurídico desses contratos, analise o trecho abaixo:

*Ao celebrar contratos em que a Administração Pública figura na posição de \_\_\_\_\_, a aplicação das cláusulas exorbitantes (como a alteração unilateral) é restrita, sendo tais ajustes regidos predominantemente pelas normas de \_\_\_\_\_.*

Preenche, CORRETA e respectivamente, as lacunas:

- (A) Prestadora de serviço público / Direito Público.
- (B) Usuária de serviço público / Direito Público.
- (C) Prestadora de serviço público / Direito Privado.
- (D) Usuária de serviço público / Direito Privado.

**Questão 41.** Uma Fundação Pública Estadual, ao desenhar um programa de fomento à pesquisa tecnológica, precisa alinhar suas ações ao conceito jurídico de política pública. No contexto do Direito Público brasileiro, a política pública é compreendida como:

- (A) Um ato isolado de vontade política do gestor, não sujeito a processos orçamentários ou legislativos.
- (B) Um programa de ação governamental resultante de processos juridicamente regulados para coordenar meios estatais e privados.
- (C) A simples execução financeira de verbas públicas, sem necessidade de planejamento ou metas sociais.
- (D) Um conjunto de decisões que visam apenas ao interesse privado dos pesquisadores, sem relevância social.

**Questão 42.** Em uma reunião de diretoria de uma Fundação, discute-se a aplicação do princípio da moralidade administrativa. De acordo com o entendimento sobre a disponibilidade de caixa dos entes públicos, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) As disponibilidades de caixa da Fundação, por ser entidade estadual, podem ser livremente depositadas em qualquer banco comercial privado que ofereça maior rentabilidade.
- (B) A regra constitucional exige o depósito das disponibilidades de caixa em instituições financeiras oficiais, visando evitar favorecimentos indevidos a bancos privados.
- (C) Entende-se que leis locais (estaduais ou municipais) podem criar livremente exceções à regra de depósito em bancos oficiais para a Administração Indireta.
- (D) O princípio da moralidade administrativa não possui relevância jurídica prática, sendo apenas um texto normativo de conteúdo escasso.

**Questão 43.** Uma Fundação Pública Estadual teve o processo de aposentadoria de um de seus diretores enviado para registro no Tribunal de Contas. Com base no entendimento sobre o direito de defesa em Tribunais de Contas, analise as afirmações abaixo:

- I. O contraditório é obrigatório quando a decisão do Tribunal puder resultar na anulação de um ato que beneficie o interessado.
- II. A garantia da ampla defesa deve ser observada mesmo na fase inicial de apreciação da legalidade do ato de concessão de aposentadoria.
- III. A obrigatoriedade do contraditório perante o Tribunal de Contas é uma garantia constitucional, excetuada a análise da concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

Está(ão) CORRETA(S):

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) I, II e III.

**Questão 44.** Uma Fundação Pública Estadual realiza pesquisas estratégicas sobre indicadores de criminalidade e classifica certos documentos como sigilosos. Sobre o princípio da publicidade e a competência para acesso a esses arquivos, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O sigilo administrativo é absoluto, impedindo o acesso inclusive pelo Poder Judiciário.
- (B) O Poder Judiciário não possui competência para determinar a exibição de documentos classificados como sigilosos pela fundação.
- (C) O Poder Judiciário pode determinar a exibição reservada de qualquer documento sigiloso, sempre que indispensável à defesa de direito próprio.
- (D) A publicidade dos atos administrativos exige que todos os documentos da Fundação, sem exceção, sejam publicados integralmente no Diário Oficial.

**Questão 45.** No desenvolvimento de uma nova política de fomento à inovação, uma Fundação Pública Estadual avalia formalizar parcerias com diferentes entidades do setor público não estatal. Diante disso, relacione o tipo de entidade da Coluna 1 ao seu respectivo instrumento de parceria adequado que o gestor deve utilizar, disposto na Coluna 2:

*Coluna 1:*

1. Organização Social (OS).
2. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

*Coluna 2:*

- ( ) Termo de Parceria.
- ( ) Contrato de Gestão.

Qual alternativa preenche, CORRETAMENTE, de cima para baixo, os parênteses acima?

- (A) 2 – 1.
- (B) 1 – 2.
- (C) 1 – 1.
- (D) 2 – 2.

**Questão 46.** No processo de modernização institucional, o Conselho Diretor de uma Fundação Pública Estadual discute as diretrizes previstas no chamado Anteprojeto de Lei de Organização Administrativa. Diante disso, assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma diretriz associada ao modelo de renovação do controle administrativo.

- (A) Supressão de controles meramente formais.
- (B) Predominância da verificação de resultados na atuação administrativa.
- (C) Prevalência do controle *ex post* em relação ao controle *ex ante*.
- (D) Intensificação do controle prévio formal como mecanismo central de fiscalização administrativa.

**Questão 47.** O governo estadual editou um decreto declarando de utilidade pública um imóvel pertencente a uma Fundação Pública Estadual, com a finalidade exclusiva de transferi-lo posteriormente a uma empresa privada para construção de estacionamento de uso privativo. Acerca da desapropriação por utilidade pública, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A desapropriação é válida, pois o Poder Executivo possui discricionariedade absoluta para definir hipóteses de utilidade pública.
- (B) A desapropriação é válida desde que a empresa privada beneficiária arque com o valor da indenização.
- (C) A desapropriação é inválida, pois a declaração de utilidade pública não pode ter como finalidade exclusiva o atendimento de interesse privado sem previsão legal.
- (D) A desapropriação somente seria inválida caso o imóvel estivesse afetado diretamente à prestação de serviço público essencial.

**Questão 48.** Devido à necessidade de realizar um censo demográfico estadual em curto prazo, uma Fundação Pública precisa contratar mil pesquisadores por apenas seis meses. Sobre o regime jurídico aplicável a essa contratação, é CORRETO afirmar que:

- (A) A Fundação pode contratar livremente, sem necessidade de lei, por ser uma atividade de pesquisa científica.
- (B) A contratação temporária exige previsão em lei para atender à necessidade de excepcional interesse público.
- (C) Os pesquisadores contratados terão direito à estabilidade no serviço público após o término do censo.
- (D) Apenas autarquias podem realizar contratações temporárias, já Fundações devem obrigatoriamente realizar concurso para cargos efetivos.

**Questão 49.** Durante a crise energética conhecida como "apagão", uma Fundação Pública Estadual teve suas metas de consumo reduzidas sob risco de suspensão do serviço. Diante disso, a tese jurídica que valida as medidas do programa de racionamento deve basear-se no(a):

- (A) Suspensão do fornecimento, que é inconstitucional por ser o serviço público contínuo e essencial.
- (B) Natureza tributária da tarifa especial, que exige o cumprimento do princípio da anterioridade.
- (C) Medida, que é considerada proporcional e legítima por garantir a isonomia entre consumidores frugais e perdulários através de sanção-prêmio e punitiva.
- (D) Poder Judiciário, que não possui competência para analisar a legalidade de políticas de racionamento.

**Questão 50.** Planejando a construção de um complexo de laboratórios de estatística com investimento privado, uma Fundação Pública Estadual analisa a viabilidade de uma Parceria Público-Privada (PPP). Sobre os limites legais previstos na legislação federal sobre esse tipo de parceria, julgue as assertivas abaixo como Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

- ( ) O valor do contrato de PPP não pode ser inferior a R\$ 20 milhões.
- ( ) O prazo de vigência do contrato de PPP deve ser compatível com a amortização dos investimentos realizados, não podendo ser inferior a 5 anos nem superior a 35 anos, incluídas eventuais prorrogações.
- ( ) É vedada a celebração de PPP que tenha como objeto único o fornecimento de mão de obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

Qual alternativa preenche, CORRETAMENTE, de cima para baixo, os parênteses acima?

- (A) V – V – V.
- (B) V – F – V.
- (C) F – V – F.
- (D) F – F – V.

TEXTO I

A política de dados abertos busca ampliar a transparência pública, fortalecer o controle social e incentivar a inovação por meio da disponibilização de informações governamentais em formatos acessíveis e reutilizáveis. Nesse contexto, plataformas de dados abertos permitem que cidadãos, pesquisadores e instituições utilizem informações públicas para acompanhar ações governamentais, desenvolver estudos e propor soluções para problemas sociais. Nessa perspectiva, a abertura de dados favorece a participação cidadã, facilita o intercâmbio de informações entre órgãos públicos e contribui para o desenvolvimento tecnológico e científico. Além disso, a disponibilização de bases de dados em formatos padronizados possibilita maior eficiência administrativa e aprimora a formulação de políticas públicas baseadas em evidências. De acordo com a legislação brasileira, os dados públicos devem observar princípios como transparência, interoperabilidade e livre utilização pela sociedade, respeitando-se os limites impostos pela proteção de dados pessoais e pelo sigilo legal.

*(Adaptado de: BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Dados abertos. Governo Digital, Brasília, DF, 2026).*

TEXTO II

A Constituição Federal de 1988 foi um marco legislativo na redemocratização do Brasil e, com ela, foram consagrados o princípio da publicidade e a possibilidade de controle, pela sociedade, dos atos administrativos. A transparência dos atos governamentais tem como premissa a publicidade de dados públicos e é tida como um dos princípios do governo aberto, considerado mais inovador e colaborativo, porém não é suficiente a mera disponibilização de dados, é imprescindível que eles sejam didáticos, verídicos e descomplicados. Ela é também primordial para a *accountability*, cujo termo é comumente utilizado na Administração Pública para denotar controle, prestação de contas e responsabilidade que a população confere ao administrador público de gerir recursos.

O controle social, por sua vez, é entendido como um instrumento de supervisão com o qual a sociedade exerce papel essencial na Administração Pública, e seu exercício cobra a boa e eficiente utilização de recursos públicos, prevenindo atos de corrupção, contribuindo para a melhoria da governança pública com o aperfeiçoamento das políticas públicas, otimização da atuação política e fortalecimento da democracia.

Nesse contexto, transparência, *accountability* e controle social estão interligados, considerando que, para haver possibilidade de fiscalização, é necessário que os dados públicos estejam acessíveis e compreensíveis. O controle social tem como premissas a participação cidadã e a inserção da população, não só na fiscalização, mas também na tomada de decisões que embasam as políticas públicas.

*(Adaptado de: MANSUR, J. H.; MATTOS, C. A. C. de. Transparência pública e a influência no controle social: uma pesquisa com agentes públicos. Revista da AGU, Brasília-DF, v. 24, n. 1, 2025).*

TEXTO III

A Fundação João Pinheiro disponibiliza plataformas digitais voltadas à divulgação de indicadores socioeconômicos e dados públicos do estado de Minas Gerais. Segundo a instituição, o acesso aberto a informações governamentais contribui para ampliar a transparência, fortalecer o planejamento estatal e subsidiar pesquisas e análises sobre desenvolvimento regional. A plataforma FJP Dados oferece consultas em formatos de gráficos, tabelas e mapas, permitindo que gestores públicos, pesquisadores e cidadãos tenham acesso simplificado a informações sobre municípios mineiros, políticas públicas e indicadores sociais.

*(Adaptado de: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. FJP Dados. Belo Horizonte: FJP, 2026).*

---

Considerando que os textos acima possuem caráter motivador, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema:

**Democratização da informação e transparência pública: o papel das plataformas de dados abertos no fortalecimento do controle social**

O texto deverá ter, no mínimo, 20 (vinte) e, no máximo, 40 (quarenta) linhas, em linguagem padrão, em que você expresse sua posição e seus argumentos em defesa de seus pontos de vista.

TÍTULO	
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	